



ID: 96883

PROJETO DE LEI

Dispõe sobre a obrigatoriedade de acompanhamento pós-cirúrgico em procedimentos de castração de animais no município.

João Antonio Aguiar Barros Galhardi,
Vereador(a) da Câmara Municipal de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município de Santana de Parnaíba e no Regimento Interno, submete à apreciação do Colendo Plenário o seguinte:

PROJETO DE LEI

Art. 1º Esta Lei estabelece a obrigatoriedade de realização de acompanhamento pós-cirúrgico para todos os animais submetidos ao procedimento de castração, por clínicas veterinárias, profissionais habilitados ou entidades parceiras.

Art. 2º Para fins desta Lei, considera-se acompanhamento pós-cirúrgico o conjunto de avaliações, orientações e verificações destinadas a garantir a recuperação adequada do animal castrado, abrangendo:

- I - avaliação clínica após a alta;
- II - orientações sobre medicação, higienização e cuidados gerais;
- III - verificação de cicatrização da ferida cirúrgica;
- IV - garantia de atendimento emergencial em caso de complicações diretamente relacionadas ao procedimento.

Art. 3º O acompanhamento pós-cirúrgico deverá ser ofertado pela clínica, profissional ou entidade responsável pelo procedimento, sem custos adicionais ao tutor do animal, quando o ato cirúrgico for realizado em campanhas de castração, programas públicos ou parcerias promovidas por convênios com organizações do terceiro setor, empresas privadas ou



instituições de ensino.

Art. 4º As clínicas e profissionais que realizarem campanhas de castração em parceria com o município deverão apresentar plano de atendimento pós-operatório, contendo:

- I - horários e endereço de atendimento;
- II - profissional responsável;
- III - orientações básicas de recuperação;
- IV - canal de comunicação para emergências Pós-cirúrgicas.

Art. 5º A implementação desta Lei ocorrerá sem ônus aos cofres públicos municipais, devendo ser realizada mediante:

- I - parcerias público-privadas;
- II - convênios com entidades de proteção animal, universidades e clínicas veterinárias;
- III - ações de responsabilidade social de empresas do setor pet;
- IV - programas voluntários e campanhas de atendimento comunitário.

Art. 6º O Poder Executivo poderá expedir regulamentação complementar para fins de adequação, fiscalização e aplicação desta Lei.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Antônio Branco, 18 de novembro de 2025.

João Antonio Aguiar Barros Galhardi

João Galhardi

**VEREADOR
PSD**



MENSAGEM AO PROJETO DE LEI

A presente proposição visa assegurar a integridade física, a saúde e o bem-estar dos animais submetidos a procedimentos de castração, garantindo que, após a cirurgia, recebam acompanhamento clínico mínimo para evitar complicações, infecções ou sequelas. A castração é um dos instrumentos mais eficazes para o controle populacional de animais e para a prevenção de zoonoses, sendo amplamente reconhecida como medida de saúde pública.

A matéria encontra amparo nos artigos 23, II, VI e VII da Constituição Federal, que atribuem ao Município competência comum para cuidar da saúde, proteger o meio ambiente e defender a fauna. O projeto atende também aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, especialmente o ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis) e o ODS 15 (Vida Terrestre), que promovem ações voltadas ao bem-estar animal e ao equilíbrio ambiental.

A Lei Orgânica Municipal prevê a responsabilidade do Município na proteção à saúde pública, no controle de zoonoses e na preservação ambiental, autorizando iniciativas que fortaleçam políticas públicas de proteção animal.

Importa ressaltar que o projeto não gera ônus ao erário, conforme exigido pelo Regimento Interno desta Casa, uma vez que estabelece diretrizes e obrigações apenas às entidades que voluntariamente aderirem a campanhas de castração ou que atuem mediante parcerias, convênios e programas sociais. Ainda, promove o fortalecimento de parcerias público-privadas, convênios com o terceiro setor e colaboração com universidades e clínicas veterinárias.

Por fim, a medida contribui diretamente para a saúde pública, reduzindo riscos de disseminação de doenças, fortalecendo a proteção animal e garantindo que procedimentos cirúrgicos sejam acompanhados de forma ética e responsável.

Plenário Antônio Branco, 18 de novembro de 2025.

João Antonio Aguiar Barros Galhardi

João Galhardi

VEREADOR

PSD

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://sempapel.camarasantanadeparnaiba.sp.gov.br/autenticidade> utilizando o identificador 390036003800380033003A005000

Assinado eletronicamente por **João Antonio Aguiar Barros Galhardi** em 18/11/2025 13:05

Checksum: **FC635DCE20C14C52CE9F695926730391568063E0E54B2EE300E68487A62BDF2D**

